

**OCUPAÇÕES URBANAS COMO LUTAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NO BRASIL**  
**URBAN SQUATTING AS A COUNTER-HEGEMONIC STRUGGLE IN BRAZIL**  
CLARISSA CAMPOS

Clarissa Cordeiro de Campos é Arquiteta e Doutora em Arquitetura e Urbanismo, e realiza atualmente estágio pós-doutoral. É Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ), onde pesquisa movimentos de ocupação urbana e práticas de contra-mapeamento. clarissadecampos@gmail.com  
<http://lattes.cnpq.br/2879454269259123>

## Resumo

Este artigo visa apresentar as ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), região sudeste do Brasil, como uma forma de luta contra-hegemônica. Argumentamos que as práticas em ocupações extrapolam a produção de moradias para os necessitados e reivindicação de demandas por direitos institucionalmente regulamentados. Suas lutas incluem e se engajam a uma ampla gama de outras dimensões localmente constituídas, igualmente necessárias para alcançar mudanças reais na vida e na sociedade. Fundamentamos esta suposição por meio de um quadro teórico abrangente, com foco no controle do espaço como estratégia de poder. Esta base teórica inclui uma visão crítica acerca do planejamento urbano tradicional, processos de participação institucionalizada e de autogestão. Adicionalmente, dado que a maioria dos estudos acerca do tema se relacionam a casos no Norte Global, a análise proposta contribui para expandir perspectivas a partir do Sul. A visão das ocupações nesta Região Metropolitana como uma forma específica de arquitetura contra-hegemônica se justifica por sua consistente oposição às ideias naturalizadas sobre moradores e ativistas em ocupações como invasores perigosos, e de suas práticas como crimes injustificados. Metodologicamente, este artigo apresenta uma análise crítica dos dados obtidos pela autora durante sua pesquisa de doutorado, baseada nas conexões entre as práticas de moradores e ativistas em ocupações e a produção de seus espaços próprios e alternativos, sua capacidade de criar e promover políticas prefigurativas, no caráter coletivo e cotidiano de seus processos de autogestão. Concluímos que as práticas em ocupações na RMBH superam a contestação de formas impostas de relações socioeconômicas ou modos de produção, implicando também em uma recusa de como o espaço é controlado, distribuído, organizado e apropriado.

**Palavras-chave:** Contra-hegemonia, Ocupações, Práticas espaciais, Políticas prefigurativas, Autogestão

## 1 Introdução

Como proposto por Gibbons (2019), a hegemonia existe quando uma regra é imposta sobre um grupo (subalterno) por meio de uma balança de poder e consentimento. Embora este artigo se alinhe a esta afirmação, ao mesmo tempo reconhecemos as possibilidades complexas e sinuosidades das relações de poder que, como sugerido por Foucault (1982), não podem ser meramente compreendidas como violência ou consenso – embora estes possam ser instrumentos ou resultados de relações de poder. Ao contrário do que possam parecer quando contempladas em sua superfície, o autor acredita que por trás dessas regras explícitas ou tacitamente aceitas, leis formalmente escritas ou códigos implícitos de conduta social, há uma dimensão muito mais complexa e sutil, que ocorre em escalas diversas, de indivíduos a populações, ao nível das ações cotidianas. Em outras palavras, o poder é a forma como algumas ações modificam outras; isto é, o poder existe somente quando colocado em ação.

De forma correlata, sugerimos que o espaço não deve ser considerado meramente como uma base física e inerte sobre a qual indivíduos vivem, circulam e interagem. Ao contrário, concordamos com a noção de Lefebvre (1991, p. 26, tradução nossa) do espaço social como um produto social que “também serve como instrumento de pensamento e ação; que além de ser um meio de produção, também é um meio de controle e, portanto, de dominação, de poder”. As considerações de Souza (2006) sobre o espaço como produto e condicionante de relações sociais também substanciam alguns dos argumentos apresentados nas seções seguintes.

Por meio de suas articulações, aberturas e fechamentos, circulações e interrupções, e em suas localizações, assentamentos e zoneamentos, o espaço se torna crucial para a forma como vivemos e agimos em relação a nós mesmos e aos outros e, nesse sentido, para a configuração de relações de poder. De fato, o planejamento urbano tradicional tem se valido historicamente da correlação entre espaço e poder, ou organização espacial e controle, de forma heterônoma e hegemônica, de cima para baixo, numa relação de poder claramente assimétrica. O espaço assim produzido serve como instrumento de poder que beneficia os interesses de governos neoliberais e classes dominantes, em detrimento dos menos favorecidos.

Tal produção heterônoma dos espaços urbanos – e, por fim, das cidades contemporâneas – não implica, necessariamente, numa imposição clara ou direta de certas formas, localizações e fluxos espaciais: processos participativos

institucionalizados, extensivamente criticados na literatura de estudos urbanos<sup>1</sup>, não raro operam como simulacros de democracia direta em que, enquanto há o aparente envolvimento da população geral em processos decisórios, o status quo neoliberal permanece confortavelmente assegurado.

Há, no entanto, a possibilidade de que processos participativos institucionalizados apresentem vantagens (tais como disponibilidade de recursos públicos orçamentários e recursos técnicos consideráveis) que poderiam contribuir para uma produção mais democrática do espaço nas cidades. Não é coincidência que diversos movimentos sociais urbanos que lutam por maior justiça social tenham historicamente reivindicado formas mais inclusivas, acessíveis e democráticas de planejamento urbano. Embora nem sempre explicitado ou formulado nesses termos, é tão bem conhecido por eles quanto pelas classes dominantes e governantes que o espaço urbano e a forma como este é produzido, apropriado ou controlado são determinantes para a configuração de relações de poder – sendo, portanto, um objeto de disputa.

Outros grupos, por sua vez, apresentam diferentes tipos de práticas espaciais insurgentes que, como Harvey (2008) afirma, procuram remodelar a cidade de uma maneira diferente daquela promovida pelos interesses do Estado e das classes dominantes. Exemplos significativos são ocupações urbanas de imóveis abandonados, de propriedade pública ou privada, incluindo edificações e terras para autoconstrução, moradia e outros usos políticos e culturais.

No entanto, é importante notar que poderes hegemônicos buscam constantemente neutralizar ou destruir tais iniciativas, respaldados por narrativas de crime e temor historicamente naturalizadas, oriundas principalmente da mídia dominante e de certos grupos governamentais. Estas frequentemente classificam moradores e ativistas em ocupações como invasores perigosos, e suas ações como crimes injustificáveis. As práticas em ocupações, por sua vez, desafiam consistentemente tais ideários opressivos ao dar novos significados para a produção e apropriação do espaço, constituindo uma forma de arquitetura contra-hegemônica.

Ocupações urbanas representam focos de resistência localizados, mas integrados, que insistem, ora por necessidade, ora por convicção, e frequentemente por ambas, em enfrentar diretamente estruturas de poder naturalizadas e em demonstrar que outras formas de relações sociais são possíveis, numa perspectiva claramente prefigurativa. Sobretudo, as práticas em ocupações são inerentemente coletivas, conferindo à noção de autogestão um caráter cotidiano. Estes são aspectos significativos também nas ocupações da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), os quais não apenas respondem à proposição de que em geral formas contra-hegemônicas de resistência implicam num esforço coletivo de “pensar, imaginar e sonhar para além da hegemonia” (GIBBONS, 2019, p. 74, tradução nossa), mas se somam a ela por meio de ação direta, autônoma e coletiva.

De um ponto de vista metodológico, a autora apresenta uma análise crítica e outros desenvolvimentos de parte dos dados obtidos em Campos (2020)<sup>2</sup>, um estudo comparativo acerca do movimento das ocupações em três áreas urbanas no Brasil, Espanha e País Basco. Além de uma extensa revisão bibliográfica, a estratégia metodológica incluiu observação participante e entrevistas semiestruturadas com ativistas, pesquisadores e moradores de ocupações urbanas. A análise de documentos auto-produzidos nos locais visitados e pesquisas acadêmicas anteriores também integraram o método de pesquisa.

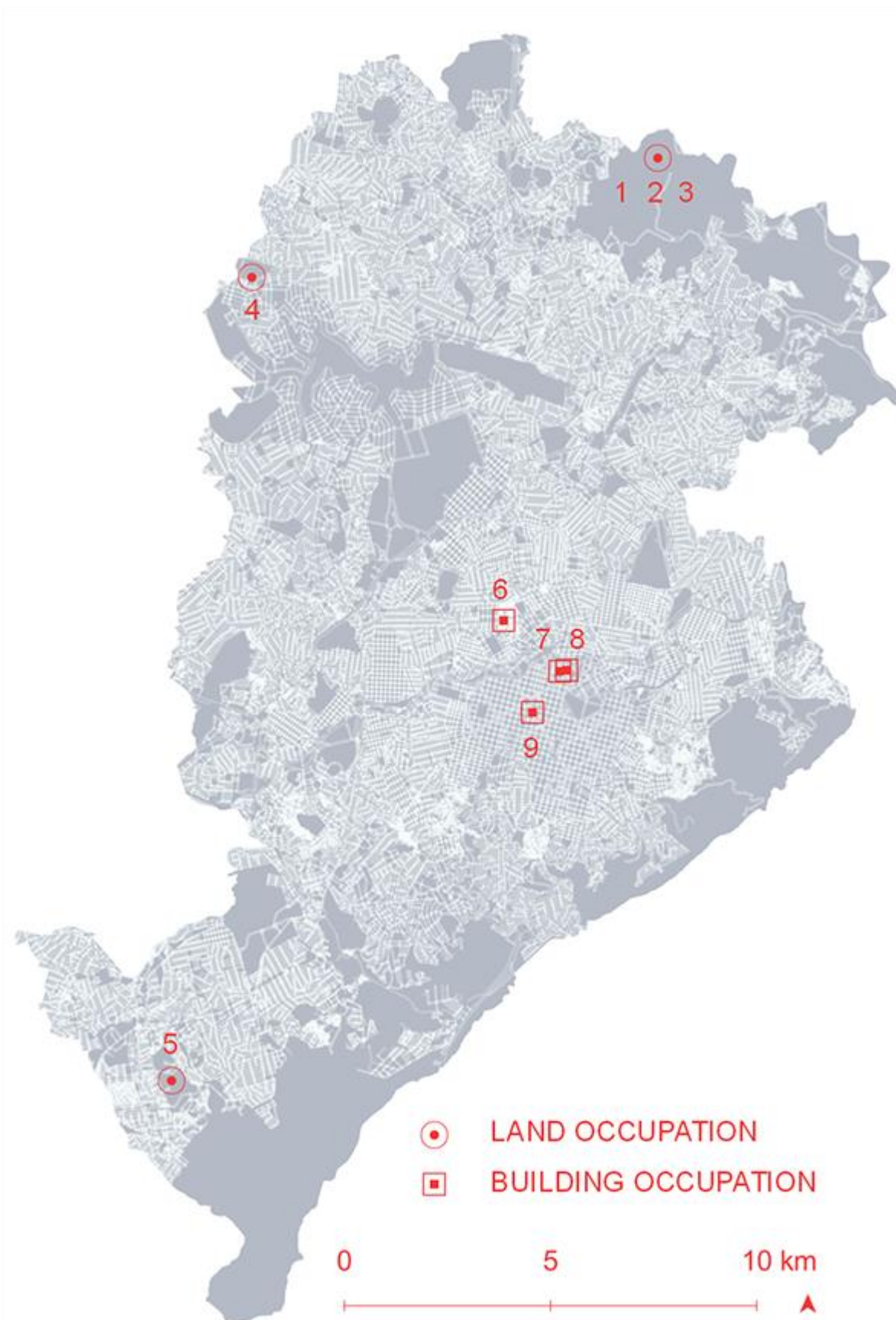
A autora conduziu nove visitas de campo e quinze entrevistas na RMBH, em 2019. Desde então, tem participado ativamente de um grupo de trabalho na Kasa Invisível, uma ocupação para moradia e outros fins políticos e culturais na área central de Belo Horizonte (principal município da RMBH), o que também contribuiu para esta discussão. A Tabela 1 indica as datas, localidades, nomes das ocupações onde as conversas ocorreram (ou um ‘\_’ quando a entrevista ocorreu em outras localidades) e um código para cada entrevistado. Em um caso, o entrevistado pediu para ser identificado por um codinome. A Figura 1 apresenta as ocupações visitadas em um mapa de Belo Horizonte.

<sup>1</sup> Ver, por exemplo: Lefebvre (2016), Martínez López (2011, 2013), Milagres (2016), Souza (2006).

<sup>2</sup> Esta pesquisa foi parcialmente financiada por uma bolsa de estudos concedida pela CAPES. Número do processo 88881.189843/2018-01.

<b>Código do Entrevistado</b>	<b>Data</b>	<b>Localidade</b>	<b>Ocupação</b>
BH1	03 jul. 2019	Belo Horizonte	Ocupação Carolina Maria de Jesus
BH2	03 jul. 2019	Belo Horizonte	Ocupação Dandara
BH3, BH4	05 jul. 2019	Belo Horizonte	Ocupação Pátria Livre
BH5	05 jul. 2019	Belo Horizonte	—
BH6	11 jul. 2019	Belo Horizonte	Ocupação Paulo Freire
BH7	01 ago. 2019	Belo Horizonte	—
BH8	06 ago. 2019	Belo Horizonte	—
BH9	15 ago. 2019	Belo Horizonte	Casa de Referência da Mulher Tina Martins
BH10	20 ago. 2019	Santa Luzia	Ocupação Vitória
BH11	28 ago. 2019	Belo Horizonte	Ocupação Dandara
Zenite, BH12, BH13	03 set. 2019	Belo Horizonte	Kasa Invisível
BH14	13 set. 2019	Belo Horizonte	—

**Tabela. 1:** Entrevistas RMBH, 2019. Fonte: Campos, 2020, p. 44, tradução nossa.



1- Vitória; 2- Rosa Leão;  
3- Esperança; 4-  
Dandara  
5- Paulo Freire; 6-  
Pátria Livre; 7- Carolina  
Maria de Jesus  
8- Casa de Referência  
da Mulher Tina Martins;  
9- Kasa Invisível

**Fig. 1:** Visitas de  
Campo em Belo  
Horizonte, mai./set.  
2019. Fonte: CAMPOS,  
2020, p. 170.

Adicionalmente, atualmente, a autora coordena uma iniciativa interdisciplinar e interinstitucional de mapeamento colaborativo na RMBH, com a participação de ativistas e outros membros do movimento das ocupações nesta Região Metropolitana, o que também contribuiu para algumas das ideias contidas neste artigo.

## 2 O Controle sobre o Espaço como Estratégia de Poder

Foucault (1995) propôs a noção de disciplina como algo que vincula o exercício de poder sobre o corpo (de um indivíduo ou uma população) à distribuição de objetos no espaço e à objetificação das massas. Assim como podemos observar essa relação em prisões, monastérios ou oficinas, também podemos verificá-la em cidades. Ela procede da distribuição de indivíduos no espaço, onde cada indivíduo tem seu próprio lugar, evitando-se distribuições em grupos, interrompendo-se conexões perigosas, supervisionando e individualizando corpos sem, no entanto, dar-lhes uma posição fixa, mas distribuindo-os e circulando-os em uma rede de relações (FOUCAULT, 1995).

A ideia de uma organização espacial que visa controlar onde se pode viver ou circular, por meio, na maioria das vezes, não de ordens diretas, mas da inserção em uma dinâmica naturalizada de corpos no espaço, como se uma lógica punitiva houvesse sido aplicada à sociedade como um todo, não é, de modo algum, estranha ao planejamento urbano contemporâneo. Como Souza (2010) sugere, práticas espaciais coercitivas têm sido concretamente de vários tipos, incluindo dispersão, segregação, confinamento, interdição de acesso, monopólio ou oligopólio de recursos espaciais, aliadas a estratégias mais subjetivas, tais como a indução de comportamentos através de signos inscritos no espaço. Diversas dessas estratégias de poder e controle político são mecanismos essenciais para processos orientados ao lucro que desconsideram inteiramente as necessidades de populações vistas como obstáculos.

Lefebvre (1991, p. 358, tradução nossa) considera que

“[...] graças à operação do poder o espaço prático é o detentor de normas e constrangimentos. Ele não se limita meramente a expressar poder - ele reprime em nome do poder [...]. Enquanto um conjunto de restrições, estipulações e regras a serem seguidas, o espaço social adquire uma eficiência normativa e repressiva.”

Se entidades governamentais, quer sejam representativas do Estado ou de interesses privados, tornam o espaço um instrumento útil que contribui para a coerção individual e coletiva dos corpos, então pode-se levantar a seguinte questão: a tomada de poder sobre o espaço para transformá-lo e utilizá-lo de forma mais autônoma constitui uma estratégia contra-hegemônica eficaz? Este é um ponto de investigação relevante especialmente se considerarmos que, historicamente, o espaço urbano tem sido apropriado para diferenciar e hierarquizar, comparar e normalizar, homogeneizar e excluir. O diferente, isto é, o que não é capaz de atender padrões e normas impostas pelo capital e pela propriedade privada é, na maior parte dos casos, excluído e forçado para as margens. Apenas aqueles capazes de se comportarem adequadamente – ricos, proprietários, e algumas vezes trabalhadores dóceis e produtivos – são bem-vindos ao centro.

Por outro lado, como sugere Souza (2010), práticas espaciais têm servido historicamente ou à dominação, coerção, imposição de cima para baixo ou de fora para as leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade (em uma palavra, à heteronomia); ou à emancipação, autodeterminação, autodefesa legítima, autogoverno, à instituição livre e lúcida de leis e normas pelo conjunto de cidadãos, diretamente (em uma palavra, à autonomia). Ao mesmo tempo, organização e significados espaciais são produtos de transformação e vivência social e, portanto, devemos nos referir ao espaço como uma construção social (SOJA, 1989). Não obstante, quão claras as intenções do planejador – diga-se, projetar espaços como instrumentos de controle ou, bem intencionadamente, como instrumentos de emancipação – não é impreciso dizer que os significados (em contínua transformação) e usos do espaço urbano se estabelecem somente quando este é apropriado socialmente.

Como sugere Lefebvre (2016), nem o arquiteto, o urbanista, o sociólogo, o economista, o filósofo ou o político podem criar do nada, por decreto, novas formas e relações. Eles não possuem os poderes de um taumaturgo, diz o autor, nem criam relações sociais: somente a vida social em sua capacidade global possui tais poderes. Em linhas mais gerais, é cada sociedade, ou como Lefebvre (1991) explicita, cada modo de produção e suas relações de produção específicas que produzem seus espaços próprios e peculiares. No caso do capitalismo, Lefebvre (1991) nomeia o espaço instrumental assim produzido como *espaço abstrato* – o qual tem, como ferramentas para sua implementação, o planejamento urbano tradicional e certas formas de participação institucionalizada.

### 2.1 De críticas à participação institucionalizada à autogestão e autonomia

Se, por um lado, diversos setores progressistas da sociedade lutaram historicamente por uma produção mais democrática e inclusiva de cidades contemporâneas, por outro, processos participativos institucionalizados regulados pelo Estado podem apresentar riscos para movimentos sociais urbanos, de forma especialmente relacionada à sua capacidade e condições de autonomia. Quando as pessoas não possuem as condições para tomar parte em processos decisórios, a não ser para escolher entre algumas poucas opções previamente formatadas, pré-determinadas e limitadas, ou para participar ativamente da definição dos métodos e regras em tais processos – o que é mais que frequentemente o caso – a autonomia é, como consequência direta, deixada de fora. Processos participativos institucionalizados têm sido criticados ainda no que diz respeito à possibilidade de cooptação, manipulação por políticos e influência do Estado sobre organizações da sociedade civil e seus militantes (SOUZA, 2006).

Similarmente, tais processos podem ser profundamente subordinados aos interesses de grupos politicamente e economicamente privilegiados. Tais grupos frequentemente mantêm especialistas e técnicos com poder de definir procedimentos que, embora forjem uma aparência de igual poder de decisão, não ampliam ou nem mesmo consideram o campo de ação das pessoas envolvidas (MILAGRES, 2016). No caso específico do planejamento urbano, esta concepção tecnocrática da participação tem sido particularmente influente (MARTÍNEZ LÓPEZ, 2011).

Se é o caso de movimentos sociais serem críticos em relação ao urbanismo tradicional e a processos participativos institucionalizados, então instrumentos concebidos e apropriados por governos neoliberais devem ser sempre contemplados no contexto de mecanismos estabilizadores que podem contribuir para manter a ordem das coisas como elas são. Portanto, na diferenciação radical de Lefebvre (2016), entre uma ideologia da participação (um simulacro mais ou menos desenvolvido de atividade social que permite que a aquiescência das pessoas envolvidas e em questão seja obtida pelo preço mais baixo) e a participação real e ativa que ele encontra na autogestão, nós iremos focar nesta última. Como um exemplo significativo, a seção seguinte apresenta uma análise crítica das ocupações como luta contra-hegemônica no contexto específico da RMBH.

### 3 Ocupações Urbanas como Lutas Contra-Hegemônicas

Até o presente, tem havido ricas conceitualizações, teorizações e estudos empíricos acerca de ocupações, com diversas contribuições de diferentes autores de países variados (como exemplos, BASTOS et al., 2017; CAMPOS, 2020; CAMPOS; MARTÍNEZ, 2021; CANETTIERI et al., 2020; CATTANEO; MARTÍNEZ; SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE, 2014; FRANZONI, 2018; MARTÍNEZ, 2018, 2020; MOORE; SMART, 2015; NASCIMENTO; LIBÂNIO, 2016; SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE, 2013; SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE, 2018; TONUCCI FILHO, 2017; VASUDEVAN, 2015, 2017, dentre outros, incluem reflexões tanto do Sul como do Norte Global). Em parte, o que chama atenção para tais movimentos é o fato de que eles criam e adaptam, de múltiplas formas, atividades econômicas alternativas, modos de produção e interação social, e processos organizacionais que divergem de modelos neoliberais contemporâneos. Ao fazerem isto, como sugere Vasudevan (2015), prefiguram uma ordem social diversa, ao mesmo tempo em que buscam construir condições para justiça social e formas autônomas de vida coletiva.

A capacidade de moradores e ativistas em ocupações de criarem políticas prefigurativas (já que formulam e se engajam a um conjunto de princípios e formas de ação orientadas a possibilidades objetivas de mudar a vida) fundamenta substancialmente nosso argumento de que ocupações urbanas podem ser vistas como tipos particulares de lutas contra-hegemônicas. Ademais, ao mesmo tempo em que ocupações são profundamente relacionadas a injustiça habitacional (falta de moradia, condições precárias de moradia, altos custos de moradia digna etc.), elas abrangem uma grande variedade de questões políticas, econômicas e sociais, engajando-se a disputas mais amplas contra políticas neoliberais e seus efeitos.

Adicionalmente, as atividades promovidas por moradores e ativistas em ocupações são em grande parte baseadas em processos de autogestão que diferem fundamentalmente de processos participativos institucionalizados: na autogestão, as regras são definidas pelo grupo de participantes ao invés de serem impostas a eles. Finalmente, tudo isso ocorre de forma indissolúvel e mutuamente determinante à apropriação, adaptação e produção de seus espaços próprios e específicos. Em sintonia com o ponto de vista de Lefebvre (1991), no contexto das ocupações, mudanças na vida ocorrem por meio de uma prática espacial correspondente, que implica na produção de novas formas e relações espaciais. Terras e edificações ocupadas são tão correspondentes e adequadas quanto possível ao seu uso coletivo. Neste processo, ao menos, no que diz respeito ao plano das intenções, o valor de uso prevalece sobre o valor de troca, refletindo a possibilidade de que estes

espaços podem se diferenciar fundamentalmente dos espaços opressivos e de controle naturalizados por modelos neoliberais de sociedade.

### 3.1 O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Somente na RMBH, terceira maior aglomeração urbana no Brasil, moradores e ativistas em ocupações construíram mais de 20 mil moradias em terras ocupadas na última década<sup>3</sup>. Entrevistas e visitas a campo (como mencionado na seção introdutória) permitiram à autora melhor compreender a forma como suas práticas moldam profundamente o cotidiano das ocupações. Tais práticas não apenas objetivam responder a necessidades urgentes, mas também correspondem a uma oposição crítica a políticas urbanas neoliberais opressivas, conformando uma importante forma de luta contra-hegemônica.

Ince (2010) sugere que políticas prefigurativas incluem estratégias organizacionais e práticas decisórias. Elas implicam na criação de espaços participativos de/para práticas sociais autônomas e solidariedade, enraizados no cotidiano e engajados em lutas por melhorias no presente, num esforço constante para permanecerem autocríticos e auto-organizados, enquanto procurando prefigurar mundos emancipatórios futuros (INCE, 2010). Como mencionado por um entrevistado (Zenite):

É, eu acho que o mais importante é mostrar para as pessoas que é possível você se organizar com poucas pessoas. Por exemplo [na Kasa Invisível], dez pessoas conseguiram ocupar e manter uma casa no centro de BH, tecnicamente na área mais nobre da cidade e tornar ela um espaço vivo, autogerido, que não é voltado para atividades que visam lucro [...]. Ela é aberta para qualquer pessoa, independente de ter dinheiro ou não. E numa perspectiva educativa, de mostrar às pessoas que é possível fazer de um imóvel algo comum, fazer de um espaço algo comum e de tudo que circula nele ser comum. [...] Mostrar para outras pessoas que é possível. Se em uma cidade de 3 milhões de pessoas, a gente conseguir inspirar mais 100 pessoas a fazer espaços como esse, a gente vai ter mais e mais e mais né? (CAMPOS, 2020, p. 105).

No entanto, é importante notar que pessoas que decidem viver em ocupações para moradia na RMBH em geral o fazem em um contexto de necessidade urgente. Enquanto alguns procedem de situações de superlotação, outros não podiam mais pagar aluguel ou simplesmente moravam nas ruas. Ter um lugar para morar sem precisar pagar aluguel significa mais que autonomia financeira, o que para algumas pessoas é tão simples quanto poder pagar por sua alimentação.

Adicionalmente, como mencionado por diversos entrevistados, em especial no caso de moradores de ocupações de terra para autoconstrução, a perspectiva de um teto sobre suas cabeças é apenas um primeiro passo. Uma vez que o território é ocupado e as pessoas começam a se estabelecer, suas lutas continuam, em alguns casos por muitos anos. Terras ocupadas em geral não possuem rede de esgoto, de água ou de eletricidade, pavimentação das ruas etc. Uma vez que são consideradas ilegais, governos locais dificilmente lhes proporcionam a infraestrutura necessária. Desse modo, moradores de ocupações constroem boa parte dela por conta própria, tanto quanto conseguem. Isto algumas vezes significa abrir ruas sem o maquinário adequado, redes temporárias de eletricidade e de água e, claro, suas próprias casas. Alguns entrevistados também mencionaram dificuldades em acessar a serviços públicos diversos (tais como escolas e estabelecimentos de saúde).

Moradores e ativistas em ocupações abordam estas e outras questões por meio de práticas coletivas e autônomas em geral baseadas em processos de autogestão. Autogestão não é um termo simples de se definir em poucas palavras. Primeiramente, esta não se configura através de um conjunto rígido de regras previamente definidas. Autogestão, inevitavelmente, implica na possibilidade de alterar as regras, incluir novos parâmetros, ou excluir critérios que deixaram de ser adequados aos objetivos do grupo ou aos seus procedimentos organizacionais. Ocupações diferentes tendem a possuir diferentes modelos de autogestão, melhor adaptados para seus próprios objetivos e dinâmicas internas. Especificamente, amplas diferenças nas escalas das ocupações – que variavam de algumas dezenas (ou centenas) de moradores a milhares de pessoas – influenciam diretamente os modelos de autogestão adotados.

<sup>3</sup> Baseado nas palestras de Frei Gilvander, Izabella Gonçalves e Leonardo Péricles no seminário Dez anos de ocupações urbanas na RMBH: História, lutas e novos caminhos, 26-20 de junho de 2019. Organizado pelo grupo de pesquisa Cosmópolis/UFMG.



Outra diferenciação crítica, em ocupações de edificações que não têm na moradia sua (principal) motivação, na maior parte dos casos, os próprios ativistas definiam regras internas e participavam em processos decisórios, etc. Em diversos casos estes também pertenciam a outros coletivos e/ou movimentos sociais urbanos mais amplos. No caso das ocupações por moradia (em terras ou edificações abandonadas), por sua vez, era usual que atores externos apoiassem e participassem de processos organizacionais. Estes incluíam diferentes movimentos sociais, coletivos, representantes institucionais – universidades, partidos políticos de esquerda, setores progressistas da igreja católica – e muitos outros.

É possível, no entanto, fazer algumas generalizações. Como uma primeira característica importante entre ocupações na RMBH, pode-se dizer que a autogestão em geral implica em processos decisórios que incluem a realização de assembleias gerais e outras reuniões. Significativamente, como alguns entrevistados mencionaram, tais procedimentos constituem oportunidades para troca de saberes e politização. Em segundo lugar, práticas de autogestão implicam numa particular preocupação com horizontalidade – isto é, uma expectativa geral de que todos os participantes tenham as mesmas chances de ter seus pontos de vista considerados pelo restante do grupo e condições equânimes de opinião e participação, sem desequilíbrios de poder. No entanto, enquanto os entrevistados em geral viam a horizontalidade como algo desejável, relações hierárquicas são relativamente comuns – sejam elas tacitamente existentes ou assumidamente adotadas. Nesse sentido, ao passo que a horizontalidade era designada como uma aspiração por diversos entrevistados, também foi mencionado que alguns dos participantes poderiam usufruir de maior influência. Como um exemplo, em especial, no caso de ocupações por moradia organizadas por movimentos sociais, havia uma presença significativa e importante participação de moradores e ativistas considerados como figuras de liderança ou coordenadores.

Uma terceira característica geral se refere às decisões e regras definidas durante assembleias. A depender do caso, entrevistados revelaram que estas podem ser obrigatórias mesmo para aqueles que não participaram em uma decisão em particular. Em outros casos, o que foi decidido deveria idealmente ser seguido por todos, mas a autonomia individual de cada pessoa é priorizada. Deixar de seguir as regras consideradas mais relevantes, essenciais ou imperativas poderia também resultar na expulsão de indivíduos de uma ocupação. Estas incluíam a perpetração de atos de violência contra mulheres, roubo, tráfico de drogas, pessoas mantendo lotes vazios em ocupações de terras sem residir nos mesmos, e violência física de qualquer tipo.

Como quarto aspecto geral, autogestão também significa colocar decisões e planos em prática, usualmente por meio de divisão de tarefas. Estas podem incluir tarefas internas e/ou cotidianas, tais como limpar, cozinhar, cuidar de jardins e hortas, construir e dar manutenção, comunicar e gerenciar mídias sociais, cuidar de crianças e outros; atividades externas e/ou eventuais, incluindo trocar materiais e informações, visitar outras ocupações, reunir-se com entidades governamentais, etc. ou mesmo tarefas urgentes, inesperadas, demandas específicas e relacionadas a apoio mútuo, tais como participar de manifestações e resistir a despejos. Em geral, as atividades são organizadas por meio da criação de grupos de trabalho de caráter permanente ou temporário, a depender do tipo de demanda.

Pode ser considerada como quinta característica geral a necessidade de levantar fundos e outros recursos para diferentes atividades de forma a pagar por suprimentos e garantir a manutenção das ocupações, apoiar movimentos sociais e coletivos, pagar o suprimento de eletricidade e água (quando necessário) e muitos outros. Finalmente, diferentes níveis de engajamento ou participação de pessoas em processos autogestionados (a depender de seus diferentes interesses, disponibilidade de tempo ou outros fatores) são o nosso sexto e último aspecto geral. Contudo, de forma ampla, é possível dizer que a autogestão está profundamente impregnada nas vidas dos moradores e ativistas em ocupações, até mesmo comprometendo, como sugerido por Martínez López (2015, p. 252, tradução nossa), "todo o dia a dia das pessoas mais envolvidas nestes processos."

#### **4 Conclusões**

Moradores e ativistas em ocupações na RMBH buscam encontrar soluções não apenas para necessidades imediatas ou urgentes, especialmente moradia, mas também promover mudanças mais amplas na vida, incluindo aspectos sociais, culturais e econômicos, constituindo uma forma particular de luta contra-hegemônica. Significativamente, eles o fazem de forma indissolúvel e mutuamente determinante à apropriação, adaptação e produção de seus espaços específicos e próprios. Consequentemente, os espaços apropriados e transformados no contexto das ocupações correspondem ou

refletem tanto quanto possível as mudanças almeçadas por moradores e ativistas, suas práticas coletivas e seus ideais para o futuro, enquanto, ao mesmo, tempo se opõem aos desequilíbrios de poder contra os quais lutam.

Moradores e ativistas em ocupações se engajam a suas práticas cotidianas em um contexto de constante opressão por poderes hegemônicos que têm historicamente objetivado neutralizar ou destruir suas iniciativas, respaldados por narrativas naturalizadas que os representam como criminosos perigosos. Entretanto, suas práticas desafiam consistentemente este ideário opressivo ao dar novos significados à produção e apropriação do espaço, constituindo assim uma forma de arquitetura contra-hegemônica.

As mudanças em relações sociais almeçadas e prefiguradas por moradores e ativistas em ocupações ocorrem por meio de, durante o curso e/ou por causa da produção e uso de seus espaços próprios – em uma relação de reciprocidade. Os espaços que eles produzem e adaptam não são *destinados* a gerar lucro máximo ou a serem comercializados como mercadorias, mas, ao contrário, à primazia do uso. Em suas áreas comuns, durante as atividades abertas que promovem, em seus processos cotidianos organizacionais e de tomada de decisão, eles demonstram que uma vida diferente, que não é baseada em taxas de lucro, propriedade privada e controle social repressivo é uma possibilidade tangível. Ocupar transcende a negação de formas impostas de relações socioeconômicas ou de modos de produção. Há, de fato, também, uma recusa de como o espaço é controlado, distribuído, organizado e tornado propriedade.

Ao invés de representar um futuro preconcebido ou imutável, ou de simplesmente imaginar novas possibilidades, este artigo propõe que suas práticas prefigurativas incluam uma capacidade de mudar efetivamente o aqui e agora. Eles demonstram que um presente diferente já é possível e que mudanças na vida podem ser mais abrangentes, mais inclusivas e mais legítimas no futuro.

A autogestão, por sua vez, apresenta aos moradores e ativistas em ocupações a possibilidade de definir regras e fazer escolhas que respondem a diferentes realidades e escalas, incluindo uma significativa pluralidade de participantes. Idealmente, a autogestão também implica em processos baseados em horizontalidade como uma maneira de promover a participação ampla e verdadeira dos atores envolvidos. Por outro lado, relações hierárquicas podem existir e, em alguns casos, até mesmo serem consideradas desejáveis. Contudo, enquanto um processo que proporciona espaço para mudança coletiva, para aprender com experiências passadas e se aprimorar para situações futuras, por possibilitar proposições e experimentações, e por criar espaços que se adaptam e respondem a demandas comunitárias – por tudo isso, a autogestão é em grande parte o que faz das ocupações, por si mesmas, uma mudança.

## Referências

BASTOS, C. D.; MAGALHÃES, F. N. C.; MIRANDA, G. M.; SILVA, H.; TONUCCI FILHO, J. B. M. ; CRUZ, M. M.; VELLOSO, R. C. L. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 251, 27 abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n2p251>.

CAMPOS, C. **Squatting for more than Housing**: Alternative Spaces and Struggles for The Right to the City in Three Urban Areas in Brazil, Spain, and the Basque Country. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte, Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

CAMPOS, C.; MARTÍNEZ, M. A. Squatting activism in Brazil and Spain: Articulations between the right to housing and the right to the city. In: GRASHOFF, U. (Eds.). **Comparative approaches to informal housing around the globe**. S.I.: UCL PRESS, 2020. p. 110–129.

CANETTIERI, T. et al. (Eds.). **Não são só quatro paredes e um teto**: uma década de luta nas ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Brasil: Cosmópolis, 2020.

CATTANEO, C.; MARTÍNEZ, M. A.; SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE (Eds.). **The squatters' movement in Europe**: commons and autonomy as alternatives to capitalism. London: Pluto Press, 2014.

FOUCAULT, M. The Subject and Power. **Critical Inquiry**, v. 8, n. 4, p. 777–795, 1982.

- FOUCAULT, M. **Discipline and punish: the birth of the prison**. Tradução: Alan Sheridan. 2nd. ed. New York: Vintage Books, 1995.
- FRANZONI, J. Á. **O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial**. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- GIBBONS, A. Counterhegemony. In: ANTIPODE FOUNDATION LTD (Ed.). **Keywords in Radical Geography**: Antipode at 50. Chichester, West Sussex, United Kingdom ; Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell for the Antipode Foundation Ltd, 2019. p. 74–77.
- HARVEY, D. The Right to the City. **New Left Review**, v. 53, p. 23–40, out. 2008.
- INCE, A. J. E. **Organising Anarchy: Spatial Strategy, Prefiguration, and the Politics of Everyday Life**. (Tese de Doutorado). London: University of London, 2010.
- LEFEBVRE, H. **The production of space [1974]**. Tradução: Donald Nicholson-Smith. Malden, Mass.: Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade [The right to the city] [1968]**. Tradução: Oliveira, Cristina C. Itapevi, SP: Nebli, 2016.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, M. Dimensiones múltiples de la participación ciudadana en la planificación espacial. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, v. 133, p. 21–42, 2011.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, M. A. The squatters' movement in Spain: a local and global cycle of urban protests. Em: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE (Ed.). **Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles**. Wivenhoe: Minor Compositions, 2013. p. 113–138.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, M. A. Urban Movements and Paradoxical Utopianisms. Em: MOORE, A. W.; SMART, A. (Eds.). **Making room: cultural production in occupied spaces**. Tradução: Milena Ruiz Magaldi; Jeannette Petrik. Barcelona: Other Forms, The Journal of Aesthetics and Protest, 2015. p. 252–259.
- MARTÍNEZ, M. A. (Eds.). **The urban politics of squatters' movements**. New York, NY, U.S.A: Palgrave Macmillan, 2018.
- MARTÍNEZ, M. A. **Squatters in the capitalist city: housing, justice, and urban politics**. New York: Routledge, 2020.
- MILAGRES, L. M. X. **Processos de auto-organização sócio-espacial: ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão**. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- MOORE, A. W.; SMART, A. (Eds.). **Making room: cultural production in occupied spaces**. Tradução: Milena Ruiz Magaldi; Jeannette Petrik. Barcelona: Other Forms, The Journal of Aesthetics and Protest, 2015.
- NASCIMENTO, D. M.; LIBÂNIO, C. (Eds.). **Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Favela é isso Aí, 2016.
- SOJA, E. W. **Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory**. London, New York: Verso, 1989.
- SOUZA, M. L. DE. Together with the state, despite the state, against the state: social movements as 'critical urban planning' agents. **City**, v. 10, n. 3, p. 327–342, dez. 2006.
- SOUZA, M. L. DE. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre luta institucional e ação direta. **Cidades: Revista científica**, v. 7, n. 11, p. 13–47, jun. 2010.
- SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE (Eds.). **Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles**. Wivenhoe: Minor Compositions, 2013.
- SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE (Eds.). **Fighting for spaces, fighting for our lives: squatting movements today**. 1. Auflage ed. Münster: Edition Assemblage, 2018.

TONUCCI FILHO, J. B. M. **Comum urbano**: a cidade além do público e do privado. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

VASUDEVAN, A. The autonomous city: Towards a critical geography of occupation. **Progress in Human Geography**, v. 39, n. 3, p. 316–337, jun. 2015.

VASUDEVAN, A. **The autonomous city**: a history of urban squatting. London; New York: Verso, 2017